



Obrigação de cuidar dos pais   solidária entre irmãos, diz TJ-RS

03/07/2011

A 12^a Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul **negou** pedido de cobrança feito por familiares contra uma das filhas, para ressarcimento de valores dispendidos nos cuidados com a mãe. A decisão   do dia 28 de abril. Cabe recurso.

Os autores da a o argumentaram que a irmã ficou responsável pelo sustento e cuidados da mãe por meio de uma escritura pública de divisão de imóveis. No entanto, a filha não teria dado a assistência financeira necessária. A sentença foi proferida sob o fundamento de que a obriga o, não tendo sido prestada pela filha, remanesce entre os demais irmãos, independentemente de contrato. O entendimento foi mantido pelo Tribunal de Justiça.

O caso   originário da Comarca de Agudo. Quando da morte do pai, uma das filhas, assinando escritura pública de divisão de bens, assumiu a obriga o de prestar assistência total   mãe. Em razão do descumprimento desse acordo, em 12 de abril de 2000, a mãe ajuizou a o de execu o de obriga o de fazer. Em 5 de fevereiro de 2004, a a o foi julgada procedente e, como a autora morreu, a condena o foi convertida em perdas e danos pelo Tribunal de Justiça.

Apesar de ter sido promovida a liquida o da decisão, não houve defini o do valor da indeniza o. No período em que a filha deixou de cumprir com suas obriga es, essas foram assumidas pelos autores da a o — a filha, o genro, outro filho e a nora da falecida.

Entre 2000 e 2006, durante o trâmite da a o executiva até a morte, os autores assumiram as despesas da mãe, que teve vários problemas de saúde em razão da idade avançada. Argumentaram que o custo chegou a R\$ 141 mil.

O juiz Paulo Afonso Robalos Caetano considerou improcedente o pedido de ressarcimento feito pelos dois filhos. Segundo o magistrado, o descumprimento da obriga o, por parte da filha, foi amplamente debatido e reconhecido na a o de obriga o de fazer, a qual foi convertida em perdas e danos. Portanto, não cabe rediscutir matéria que já transitou em julgado.

“Por isso, não lhes assiste o direito de buscar indeniza o da demandada. Esta, pelo descumprimento de suas obriga es contratuais, já foi condenada ao pagamento de perdas e danos que, mesmo com o falecimento da credora, pode ser liquidada e executada pelo espólio”, afirmou o juiz na sentença.

O julgador também explicou que a obriga o assumida pela filha em troca de bens, embora possa ser executada, como de fato foi, não afasta a obriga o alimentar existente entre parentes, decorrente dos artigos 397 e 398 do Código Civil anterior, e repetida nos artigos 1.696 e 1.697 do atual Código Civil Brasileiro. Os parentes apelaram ao Tribunal de Justiça.

Na 12^a Câmara Cível, os desembargadores confirmaram a sentença. Segundo o desembargador-relator, Orlando Heemann Júnior, os filhos têm a obriga o de cuidar dos pais. “A existência da escritura pública, atribuindo obriga es a pessoas determinadas, não afasta as obriga es que decorrem de lei”, afirmou o magistrado.

Conforme o relator, o artigo 229 da Constitui o Federal define: “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”. Também o Estatuto do Idoso dispõe sobre os alimentos a serem prestados, ressaltando que tal obriga o alimentar   solidária. *Com informa es da Assessoria de Imprensa do TJ-RS.*

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2011-jul-03/obrigacao-cuidar-pais-solidaria-entre-irmaos-tj-rs/>